

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos

ANEXO 6

MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE VALORES EM CONTA VINCULADA¹

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Valores em Conta Vinculada Contas, as partes:

- (1) O Governo do Estado de São Paulo, neste ato representado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos ("Poder Concedente");
- (2) Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S/A ("Concessionária");
- (3) [■] ("Banco" ou "Agente Financeiro")

Considerando que:

(A) No dia [■], o Poder Concedente e a Concessionária celebraram o Termo Aditivo nº 9 ao Contrato nº 4232521201 ("Termo Aditivo"), que contempla a elaboração, pela Concessionária, de estudos de viabilidade para a extensão da Linha 4 – Amarela até o Município de Taboão da Serra ("Extensão da Linha 4");

(B) Nos termos da cláusula 7ª do Termo Aditivo, o Poder Concedente assumiu os custos relacionados à desapropriação dos imóveis impactados pela Extensão da Linha 4; e

(C) A cláusula 7.15 do Termo Aditivo estabelece que os pagamentos referentes aos custos e indenizações das desapropriações serão efetuados por meio de conta corrente vinculada denominada “Extensão Linha 4 – Desapropriação” ("Conta Vinculada - Desapropriação"), de titularidade da Concessionária, de movimentação restrita, destinada exclusivamente a esse fim.

resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Valores em Conta Vinculada Contas ("Contrato") que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O presente Contrato tem por objeto regular os termos e condições segundo os quais o Agente Financeiro irá atuar, na qualidade de mandatário do Poder Concedente e da Concessionária, consoante disposto no artigo 653 e seguintes do Código Civil, bem como na qualidade de depositário dos recursos a serem mantidos na Conta Vinculada, nos termos do

¹ Essa é uma minuta referencial, podendo eventualmente sofrer ajustes ou adequações pactuadas pelas Partes, quando da celebração deste Contrato, a fim de assegurar que as premissas materiais do funcionamento das contas bancárias aqui disciplinado sejam atendidas de forma adequada.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos

artigo 627 e seguintes do Código Civil, efetuando pagamentos, nos estritos termos das disposições deste Contrato e da Cláusula 7ª do Termo Aditivo.

1.2. A Concessionária abre, neste ato, junto ao Agente Financeiro, em sua agência [■], a conta corrente [■], denominada “Conta Vinculada”, para a finalidade exclusiva de depósito e movimentação dos recursos oriundos do Poder Concedente, destinados ao pagamento das desapropriações necessárias à extensão da Linha 4 – Amarela até o Município de Taboão da Serra.

1.3. O Agente Financeiro, neste ato, aceita sua nomeação com Procurados do Poder Concedente e da Concessionária, nos termos na Cláusula 2ª abaixo, comprometendo-se a manter os recursos depositados na Conta Vinculada sob custódia, efetuando pagamentos de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 3ª deste Contrato.

Cláusula Segunda – Poderes do Agente

2.1. O Agente Financeiro fica, neste ato, investido, de maneira irrevogável e irretratável, de poderes de representação conferidos pelo Poder Concedente e pela Concessionária para, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, agir em nome de ambos como mandatário e praticar todo e qualquer ato necessário para a total satisfação das obrigações assumidas pelas Partes nos termos deste Contrato e da Cláusula 7ª do Termo Aditivo.

2.2. O mandato conferido ao Agente Financeiro constitui condição essencial do negócio e é irrevogável e irretratável durante o período compreendido entre a sua celebração e o prazo de vigência deste Contrato, enquanto subsistir a obrigação do Poder Concedente prevista na cláusula 7ª do Termo Aditivo.

2.3. O Agente Financeiro deverá seguir as instruções escritas do Poder Concedente mencionadas nas Declarações de Pagamento que estejam em conformidade com as disposições expressas do Termo Aditivo e deste Contrato, conforme cláusula 3ª abaixo, não lhe podendo ser exigida a prática de nenhum ato contrário à lei ou que implique o adiantamento de recursos próprios.

2.4. O Agente Financeiro se responsabiliza pelos danos patrimoniais diretos e indiretos devidamente comprovados que venha a causar ao Poder Concedente ou à Concessionária decorrentes de erro no cumprimento de suas obrigações, dolo, culpa ou má-fé, em função (i) da prestação dos serviços de administração da Conta Vinculada; ou (ii) da prática de qualquer ato em desacordo com os procedimentos fixados na Declaração de Pagamento ou neste Contrato.

2.5. Na hipótese da Cláusula 2.4 acima, o Agente Financeiro se compromete a indenizar o Poder Concedente ou a Concessionária, conforme o caso, por perdas e danos devidamente comprovados e apurados incorridos por esses, na forma prevista na legislação em vigor, inclusive aqueles relativos a qualquer custo ou despesa que tiverem incorrido ou suportado para a defesa de seus direitos e interesses, inclusive honorários advocatícios.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos

Cláusula Terceira – Contabilização e Movimentação da Conta Vinculada

3.1. O Poder Concedente se compromete a depositar e manter recursos na Conta Vinculada, de acordo com as etapas, prazos e requisitos descritos na cláusula 7ª do Termo Aditivo.

3.2. Nos termos da Cláusula 7ª do Termo Aditivo, a Concessionária entregará ao Poder Concedente todos os documentos relativos à medição dos pagamentos a serem efetuados exclusivamente pelo Poder Concedente, para sua aprovação e emissão da respectiva Declaração de Pagamento da Desapropriação destinado à Concessionária.

3.2.1. O Agente Financeiro procederá ao pagamento mediante emissão da Declaração de Pagamento pelo Poder Concedente (“Declaração de Pagamento”), conforme modelo do Anexo I deste Contrato, a qual atestará que foram cumpridos todos os requisitos para o pagamento da parcela correspondente ao evento para desembolso, bem como conterá (i) descrição do evento, (ii) valor do pagamento.

3.2.2. O Agente Financeiro deverá promover o pagamento das parcelas de desembolso mencionadas na Declaração de Pagamento por meio de transferência da Conta Vinculada para a conta corrente nº [■], agência [■], do Banco [■], de titularidade da Concessionária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Declaração de Pagamento.

3.2.3. O Agente Financeiro deverá disponibilizar os comprovantes de quitação e pagamento das parcelas de desembolso para retirada da Concessionária, com cópia ao Poder Concedente, no endereço mencionado na cláusula 5ª deste Contrato, no mesmo dia do pagamento das mesmas.

3.3. Observado o disposto na cláusula 3.2 deste Contrato, a Conta Vinculada será movimentada unicamente pelo Agente Financeiro, para realizar crédito na conta corrente indicada na cláusula 3.2.2 deste Contrato, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação.

3.4. As Partes reconhecem que os recursos aportados e mantidos na Conta Vinculada serão destinados única e exclusivamente ao custeio dos custos e despesas indicados na cláusula 7ª do Termo Aditivo. Da mesma maneira, as Partes estabelecem que todas as receitas financeiras decorrentes dos referidos recursos serão apropriadas e utilizadas única e exclusivamente para custear o projeto.

3.4.1. As partes acordam que os recursos aportados na Conta Vinculada poderão ser aplicado em investimentos e/ou produtos financeiros, desde que exista a concordância expressa, escrita e conjunta da Concessionária e do Poder Concedente, com o montante a ser aplicado e a descrição detalhada do tipo de aplicação.

3.4.2. Na hipótese de ordens judiciais de bloqueio e/ou transferências de valores, que atinjam os recursos mantidos na Conta Vinculada e/ou aplicados em investimentos ou produtos financeiros, fica o agente financeiro:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos

- (i) obrigado a imediatamente comunicar o Poder Concedente e a Concessionária;
- (ii) obrigado a auxiliar, no que for necessário, o Poder Concedente e a Concessionária a tomarem todas e quaisquer medidas necessárias ao desbloqueio da Conta Vinculada; e
- (iii) exonerado e liberado de toda e qualquer responsabilidade referente ao não pagamento mencionado na Declaração de Pagamento enquanto a Conta Vinculada estiver bloqueada, não podendo ser imputada nenhuma das responsabilidades previstas na cláusula 2ª deste Contrato, pelo não cumprimento dos procedimentos previstos nesta Cláusula 3ª.

3.4.3. Após o integral cumprimento das obrigações de pagamento previstas na cláusula 7ª do Termo Aditivo, o Poder Concedente, com a devida concordância da Concessionária, solicitará ao Agente Financeiro que realize a transferência de eventual saldo disponível na Conta Vinculada para conta de titularidade exclusiva do Poder Concedente.

3.5. O Agente Financeiro deverá fornecer um extrato da Conta Vinculada de imediato, sempre que solicitado pelo Poder Concedente e Concessionária ou fornecer acesso via eletrônica (Internet Banking).

Cláusula Quarta – Prazo e Vigência

4.1. Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o integral cumprimento das obrigações previstas na cláusula 7ª do Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – Comunicações

5.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das partes nos termos deste Contrato deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (a) Se para a **Concessionária**
 - [incluir endereço físico]
 - [incluir endereços eletrônicos]
- (b) Se para o **Poder Concedente**
 - [incluir endereço físico]
 - [incluir endereços eletrônicos]
- (c) Se para o **Agente Financeiro**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos

[incluir endereço físico]

[incluir endereços eletrônicos]

5.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento em Mãos” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação inequívoca do recebimento da transmissão via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica.

Cláusula Sexta– Foro

6.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para solução de quaisquer controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Cláusula Sétima – Disposições Gerais

7.1. Qualquer alteração ao presente Contrato só será considerada válida, exigível e eficaz se feita por escrito e assinada por todas as Partes ou seus sucessores.

7.2. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

7.3. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato

As Partes firmam o presente Contrato em [■] ([■]) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [■] de [■] de [■]

[Página de assinaturas a seguir]

ANEXO I

DECLARAÇÃO PARA PAGAMENTO Nº _____



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos

A Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões do Serviço Público de Transportes de Passageiros – CMCP, vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, no cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 51.308/2006 e na forma da Resolução SPI nº 10/2023, DECLARA que foram cumpridos pela Concessionárias todos os requisitos para o pagamento dos desembolsos abaixo discriminados, autorizando, portanto, o Agente Financeiro a promover a transferência de recursos da Conta Vinculada, solicitando providências cabíveis.

Identificação da parcela de desembolso	Descrição do Evento	Valor R\$

São Paulo, [■] de [■] de [■].